

A língua(gem) e o seu poder: uma análise sob a perspectiva das questões identitárias imigratórias

RESUMO

A imigração venezuelana no Brasil foi motivada pelo cenário de crise vivido na Venezuela, e um dos principais destinos escolhidos pelos imigrantes foi o estado de Roraima. Com isso houve um crescimento na procura de aprender a língua portuguesa como segunda língua. Diante dos fatos, podemos afirmar que a língua(gem) é mais que um instrumento de comunicação e meio de interação social. Perante essa situação surge o interesse de conhecer melhor este imigrante que sai do seu país fazendo total imersão em outra língua, outra cultura. Esse artigo pretende suscitar uma reflexão em torno do poder da língua(gem) e da identidade do imigrante, evidenciando primeiramente alguns fatos históricos e políticos. Logo em sequência, uma análise direcionada às questões identitárias imigratórias. O estudo é voltado aos três pilares que constituem o sujeito: língua, cultura e identidade e propõe contribuir para aumentar a compreensão acerca de aspectos importantes que caracterizam o indivíduo como sujeito na sociedade. É realizado um estudo através de pesquisas bibliográficas, autores como Bhabha (1998), Hall (2005), Canclini (2007), Costa (2008), Orlandi (2009), Palhares (2012), que confirmam que precisamos estar conscientes do poder que os saberes linguísticos-culturais possuem ao formar nossa realidade, e contribuir na constituição da nossa identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Língua. Imigrantes. Cultura. Identidade.

Rouse Karoline Coelho Duarte Santos

rousekaroline@yahoo.com.br

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Boa Vista, Roraima, Brasil.

Maria D'Ajuda Alomba Ribeiro

profdajuda@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil.

INTRODUÇÃO

A questão migratória de venezuelanos no Brasil é o resultado de uma crise política, econômica e social por qual passam nossos vizinhos da fronteira e sabemos que Roraima é um dos estados com maior concentração de imigrantes venezuelanos¹. E é fato que a migração tem impactos tanto sobre o país de origem quanto sobre o país de destino (WOODWARD, 2000, p. 21).

Diante dos acontecimentos em nosso estado, houve um crescimento na busca de se aprender a língua portuguesa como segunda língua por parte dos imigrantes. Perante essa situação, surge o interesse de conhecer melhor esse sujeito que sai de seu país de origem e faz imersão em outra cultura, outros costumes, outra língua, saber como ele se percebe, que identidade ele assume diante desse quadro e como seria esse processo de construção, negação ou mesmo reconstrução identitária dos imigrantes envolvidos neste contexto.

Este artigo observa o poder da língua(gem) em diferentes situações, em especial sob a perspectiva das questões identitárias migratórias. E iniciamos com uma hipótese, que será explicada posteriormente, de que nenhuma língua(gem) (sistema, código, capacidade humana de comunicar) é de fato neutra. Esse argumento é sustentado por Pêcheux (1997, p. 90) quando diz que a língua não é neutra, mas que ela submete os sujeitos às relações de poder e de lutas de classe, a língua como um encontro do jogo do poder. Toda relação humana é mediada pela língua, sendo ela um instrumento de comunicação, interação, e sendo ainda que pela linguagem o ser humano é capaz de expressar seus sentimentos, desejos e opiniões. Por este motivo, é que não há língua(gem) destituída de valor, e ela tem funções que vão muito além de simples e despretensiosa comunicação.

A língua sempre foi um meio de exercício de dominação e poder, mesmo às vezes esse uso sendo feito de forma inconsciente. A diferença é que em alguns momentos da história esses atributos de domínio e poder foram usados conscientemente para colonizar, dominar, fortalecer uma identidade cultural e nacional. Neste trabalho, organizado em três partes, discutiremos primeiramente o conceito de língua na visão de alguns autores, relacionando-o à cultura; depois apresentaremos alguns fatos históricos e políticos que envolvem a língua como instrumento de domínio; e finalizaremos com a análise do sujeito migrante e das questões identitárias que estão envolvidas neste contexto social.

1. A LINGUA(GEM) E ALGUMAS DE SUAS DEFINIÇÕES

O Discutiremos sobre língua(gem) sem a pretensão de definir um conceito, mesmo porque nem os grandes teóricos chegaram a um consenso. Porém, convém assegurar, que pensar em língua é conseqüentemente admitir sua estreita relação com a cultura e a identidade do sujeito, e isso faz com que estabeleçamos esse conceito de língua(gem), por muitas vezes, atrelado ao conceito de ambos.

Segundo Martelotta (2009, p. 16), os linguistas definem língua como “um sistema de signos vocais utilizados como meio de comunicação entre os membros de um grupo ou de uma comunidade linguística” e linguagem como sendo “a

capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio das línguas”. Para Saussure (2006) a linguagem é social e individual, e a língua é definida como a parte social da linguagem e que só um indivíduo não é capaz de mudá-la. O importante linguista afirma que a língua é um sistema supra-individual utilizado como meio de comunicação entre os membros de uma comunidade, dessa forma a língua corresponde à parte essencial da linguagem e o “indivíduo, por si só, não pode nem cria-la nem modificá-la” (SAUSSURE, 2006, p. 22)

Esses mesmos conceitos são abordados por Rodrigues Jr. (2013), que de forma separada conceitua os termos língua e linguagem, quando diz que língua é o conjunto de elementos formais que constitui o código linguístico, ao passo que a linguagem é o modo como esse conjunto de elementos é usado para fins de comunicação. Mas como já foi dito a língua(gem) tem outras funções além da mera comunicação, sendo um instrumento de grande importância para a sociedade como podemos perceber na fala de Kramersch (1998).

Vejamos, que para Kramersch (1998, *apud* ÁLVAREZ; SANTOS, 2010, p. 200) “a língua é o principal meio pelo qual conduzimos nossa vida social e, no contexto de comunicação, ela está interligada à cultura em múltiplas e complexas formas”. Ainda segundo a autora, a língua manifesta uma realidade cultural e social, sendo ela um meio pelo qual um determinado grupo compartilha vivências e conhecimentos de um mundo em comum, assim como também reflete o comportamento e o ponto de vista de cada indivíduo, pois possibilita que seus integrantes produzam experiências através dela, e por fim, é uma forma de identificação dos falantes e dos outros, marcando suas identidades sociais.

Ainda Álvarez e Santos (2010) acrescentam sobre a língua que:

A língua reflete as características gerais de uma sociedade e é por meio dela que a cultura é transmitida; a língua não informa sobre o mundo, informa o mundo, as ideias, a convivência, os costumes e tradições de um povo. A língua como a cultura, cada vez que ao compartilhamos com os outros em nossa cultura, cada um de nós a utiliza de maneira idiossincrática, baseada no seu *background*, experiências, grupos sociais, nossos pontos de vistas e nossas identidades. Sendo a comunicação um processo cultural e linguístico, é indispensável que as pessoas envolvidas nesse processo dominem não só a língua, como também os repertórios culturais que fazem parte da sociedade, a fim de que se comuniquem de maneira profícua (ÁLVAREZ; SANTOS, 2010, p. 202).

A partir dessa afirmação, claramente podemos constatar que ao impor uma língua, se quer ter também o total domínio de um conjunto complexo de elementos que abrange tradições, costumes, crenças, conhecimentos, e outros componentes que marcam a identidade de uma sociedade. Visto toda essa complexidade que caracteriza a língua e o seu uso, e sabendo que ela representa mais do que a fala, mais do que um instrumento para trocar ideias e informações, Mendes (2011, p. 143) assegura que “mais que um instrumento, a língua é um símbolo, um modo de identificação, um sistema de produção de significados individuais, sociais e culturais, uma lente através da qual enxergamos a realidade que nos circunda”.

Ao tratar da relação entre língua e identidade, Achard (1989) confirma que a língua trazida como critério de identidade “é tratada de uma certa maneira como a alma das nações e, independentemente de qualquer juízo de valor, procede do que os positivistas do século XIX designavam com o termo metafísica: a suposição de uma essência escondida das nações, da naturalidade dos povos e das sociedades” (ACHARD, 1989, p. 54).

De acordo com as palavras de Achard (1989), a língua é a essência do sujeito, e partindo desse pensamento e tendo em mente todas as outras definições apresentadas, podemos então certificar e compreender que ao dominar ou impor esse complexo processo da língua(gem), sendo não somente um elemento de comunicação, esse domínio ocorrerá também no elemento essencial de um povo, no elemento central de uma sociedade, sua identidade, pois é uma característica inerente a cada indivíduo, a cada nação.

2. O PODER DA LÍNGUA VISTA A PARTIR DE DIFERENTES ÂNGULOS E OLHARES DENTRO DE ALGUNS RECORTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS

É necessário refletirmos sobre a relação de poder que há na língua e linguagem. Poder de informar, comunicar, advertir, reprimir, ocultar, representar, produzir e eleger, além de muitas outras possibilidades. Ambos os termos estão ligados e relacionados, como afirma Barthes (1980) ao falar sobre o atributo de perpetuamento do poder, quando diz que o motivo dessa força e dessa ubiquidade é que o poder é “o parasita de um organismo trans-social, ligado à história inteira do homem, e não somente à sua história política. Este objeto em que se inscreve o poder, desde toda eternidade humana, é a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua” (BARTHES, 1980, p. 12).

A partir dessa colocação não podemos adotar um posicionamento neutro diante da linguagem, como defende Orlandi (2009, p. 9), “...não há neutralidade nem no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político”. Por isso, Palhares(2012) diz que temos a necessidade de uma reflexão contínua a respeito da linguagem que usamos, sobre o que falamos, ouvimos, lemos e escrevemos no cotidiano, pois isso nos constitui como sujeitos e podem ao mesmo tempo colonizar e decolonizar, reproduzir e transformar, assolar, oprimir e libertar.

Pensar no poder da língua significa também pensar sobre a cultura, dada a sua relação inerente com a língua. Fanon (2008, p. 33) afirma que “falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar um peso de uma civilização”, e também, “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito”, isto é, a cultura.

Diante desse poder atracado à língua(gem), ao longo da história, especialmente a do Brasil, vemos que ela exercia um papel além da comunicação. No século XVI, na época do descobrimento do Brasil, com o início efetivo da colonização portuguesa em 1532, a língua foi o principal instrumento de domínio cultural dos portugueses sobre os índios, através da catequização com o objetivo

de expandir o cristianismo e converter os nativos indígenas. A respeito do assunto Nunes (1996) diz que:

Para instruir o índio, o missionário utiliza discursivamente os conhecimentos dele.... ele interfere na memória discursiva daquele, provocando aproximações, reestruturações, apagamentos, identificações. À medida em que fala das crenças, das canções, dos mitos dos índios, ele marca os pontos de encontro que possibilitam as ligações discursivas por onde se instala o discurso europeu (NUNES, 1996, p. 24).

Com base nessa afirmação, vemos que a língua foi fundamental para a colonização, conseqüentemente, dominação dos povos indígenas presentes nas terras brasileiras, poderíamos até chamar de uma colonização linguística, já que a língua do outro estava sendo imposta, como bem afirma Mariani (2004), quando diz que o caso da língua portuguesa frente às línguas indígenas é o da imposição da língua do conquistador.

Naquele mesmo período existia uma variedade grande de línguas na colônia, mas que tinham um valor diferente uma da outra. Isso é mostrado de forma clara por meio das palavras de Mariani (2004):

(...) Em 1701, o Rei português escreve para D. João de Lencastro, (...) estipula como recomendações para os missionários: “que procurem ensinar aos índios na língua portuguesa; porém é necessário que eles primeiro saibam a dos índios. Para este fim (...) hajam mestres e práticos nas línguas não só dos índios, mas dos pretos (...)”. Em 1722 e 1727 essas ordens se repetem: “... seria mui conveniente do serviço de Deus e meu que não só os instruem [os índios] na Religião Católica na sua mesma língua, mas que os ensinem a falar Português...”; “... os índios (...) não só não são bem instruídos na língua portuguesa, mas que nenhum cuidado se põe em que eles a aprendam de que não pode deixar de resultar um grande desserviço de Deus e meu...” (MARIANI, 2004, p. 79).

As línguas indígenas serviam de ferramenta para começar a doutrinação, mas após esse processo seu uso era limitado. Para servir ao Rei era necessário ensinar a língua materna do Rei. Vemos adiante um destaque para a língua portuguesa, “É com a língua portuguesa e apenas através dela que se compreende a religião e atinge-se a condição necessária de vassalagem.” (MARIANI, 2004, p. 80). Podemos perceber com essas passagens que realmente era dado um valor diferenciado a cada língua presente naquela situação de Brasil colônia, e que prevalecia a língua do dominador, a língua do Rei.

Este mesmo contexto de domínio através da língua, é visto a partir da Lei do Diretório, promulgada pelo Marquês de Pombal, em maio de 1757, durante o governo de D. João VI. Segundo Garcia (2007), essa lei tinha como objetivo impor a língua portuguesa como língua oficial nas regiões do Pará e Maranhão. Um dos artigos desse diretório criticava a língua geral – eram os dialetos falados pelos índios juntamente com a língua portuguesa, que passou a ser usado em quase todo o território colonial brasileiro – e para acabar com ela estabeleceu o uso da língua portuguesa, conforme mostra o texto do Diretório (2007):

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, (...); e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da língua do príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo príncipe. (...) Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos diretores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos, e meninas, que pertencem as escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas nações, ou da chamada geral; mas unicamente da portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína espiritual, e temporal do Estado (Artigo 6 do Diretório).

O texto do diretório traz a língua portuguesa como um instrumento de imposição não só da língua em si, mas de autoridade, podando dos indígenas suas raízes, sua cultura, conseqüentemente sua identidade.

Um outro fato presente na história mundial envolvendo a língua sob a perspectiva de poderio, controle, porque não dizer também de defesa, é a guerra. Dentro desse campo de conflito surgiu a necessidade do desenvolvimento de métodos rápidos de ensino da língua estrangeira para que seus integrantes pudessem se comunicar com aliados e inimigos.

Segundo Luna (2012), durante a Primeira Guerra Mundial, a sociedade e instituições americanas tiveram um posicionamento de desmerecimento e repúdio à língua, à cultura do inimigo e a qualquer coisa que fosse ligada a ele. Já na Segunda Guerra Mundial, a postura foi diferente. Os Estados Unidos passaram a querer aprender a língua dos povos com os quais estavam envolvidos, fosse como inimigo, fosse como aliado, “(...) nunca antes, para o americano, tinha sido tão importante se comunicar com tantas pessoas de línguas tão diferentes do inglês” (LUNA, 2012, p. 35).

A fala do autor, nos revela o desejo de saber a língua do outro para se ter o controle esperado naquela situação de combate, e evidencia que, o saber a língua está intrinsecamente ligado ao saber a cultura, da qual esse instrumento faz parte, pois afirma que “a competência de produção e de compreensão orais era pelos militares entendida como a condição necessária para interagir sobre os mais diversos assuntos do cotidiano, o que exigiria também conhecimento da região e dos povos, ou seja, conhecimento cultural” (LUNA, 2012, p. 35).

Nessa esfera de comando cultural e linguístico, a questão imigratória perpassa esse cenário de imposição. Para contextualizarmos, voltemos um pouco na história do nosso país, lembrando um ponto muito importante sobre a imigração europeia alemã no Brasil, especificamente a região Sul, na metade do século XIX. Segundo Eckert-Hoff (2011), neste período, a imigração era vista como algo muito bom, já que era favorecida pelo império, e que entendia que a cultura, a educação e a economia eram inerentes aos europeus, portanto, a vinda deles oferecia boas perspectivas de desenvolvimento para o país. Mas não continuou sempre assim.

Na história do Brasil, no período da era Vargas, em 1938, foi instituído o Decreto-Lei nº 406, de 04 de Maio pelo então presidente Getúlio Vargas, o qual determinava regras acerca das práticas culturais, educacionais e linguísticas dos imigrantes em solo brasileiro, e tinha como justificativa prevalecer o fortalecimento da identidade nacional. Essa atitude política foi firmada em decorrência do poder da língua(gem), visto que muitos governantes se preocupavam com a influência que o imigrante poderia causar no sujeito, que passou a ser visto como um perigo nacional. Isso é mostrado na fala de Zanini (2007 *apud* STURZA e FIEPKE, 2017, p. 124), “durante esse período, os imigrantes destes países de origem e seus descendentes foram vistos como ‘perigos nacionais’, havendo forte repressão e perseguições”. Isso porque, o mundo passava por tensões devidas à Segunda Guerra Mundial e o governo acreditava que, principalmente a cultura alemã, pudesse influenciar a mente dos cidadãos brasileiros, com a forte ideologia do nazismo.

De acordo com Neitzke (2013):

Com o crescimento do partido nazista na Alemanha e a escalada da violência na Europa, as comunidades teutas no Brasil foram afetadas diretamente pela propaganda do partido nazista, que via nessas comunidades grande potencial para o crescimento da ideologia nazista no país, uma vez que aqui existia grande quantidade de teutos, o que contribuiu para o surgimento do “Mito do Perigo Alemão”, amplamente explorado e difundido pela mídia, nos tempos da Segunda Guerra Mundial (NEITZKE, 2013, p. 03).

Dessa forma, durante o decreto de Nacionalização de 1938 os imigrantes europeus foram estigmatizados, e se iniciava então o período de proibição da língua estrangeira no Brasil. Segundo Sturza e Fiepke (2017), os sujeitos que traziam uma riquíssima bagagem cultural de seus países de origem viam-se obrigados a abandonar o que não raras vezes era a única herança e memória de sua terra natal. Houve mudanças não somente no modo de vida do imigrante que chega em outro país, mas tiveram que se adaptar também a uma nova língua, e o pior, de uma forma imposta, pois eram forçados a deixar sua língua, sua cultura para viver a língua, a cultura do outro. Os imigrantes tiveram de renascer numa nova língua e reaprender a falar e ser, tiveram de se tornar brasileiros (ECKERT-HOFF, 2010).

Rocha (2004) também fala sobre esse período e as medidas adotadas pelo decreto de nacionalização, mostrando seu espanto sobre a tão cruel atitude contra o estrangeiro, em que comenta que é impossível compreender como tais medidas foram também admitidas contra aqueles que “por simplesmente falarem sua língua materna, ou por aprenderem no seio de sua família, os costumes, tradições, sofreram represália, humilhação e foram sujeitados a tomarem óleo, (...) como simbologia de um abrasileiramento” (ROCHA, 2004, p. 3). E ainda relata que na cidade de Florianópolis, bem como em várias outras cidades do estado de Santa Catarina, foi terminantemente proibida nos cemitérios inscrição nos túmulos, mausoléus, lousas, cruzes ou quadros de cidadãos brasileiros, em línguas estrangeiras.

A imposição da língua portuguesa sobre a língua estrangeira, e mudanças no dia a dia das pessoas, na rotina daqueles que possuíam uma língua diferente da

nossa, comprova o poder e o prestígio de uma sobre a outra, e percebemos que dominar a língua, significa dominar o sujeito, dominar seus interesses, seus costumes, sua vida, é dominar quem ele é, ou seja, sua identidade.

O imigrante neste período da história foi obrigado a se calar e a camuflar sua identidade, sua história e a obedecer a imposição do Decreto 406. Rocha (2004) nos conta que as escolas étnicas foram fechadas ou tiveram seu material didático em língua estrangeira recolhido, passando a ser obrigatório o ensino em língua portuguesa e que todo material utilizado na escola fosse em português, e que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira. Ainda segundo Rocha (2004), tudo isso para que ao imigrante se tornasse inviável sua perpetuação cultural e linguística, pois tiveram de se limitar a falar em sua língua materna apenas no meio familiar e às escondidas. Segundo Zandwais (2007), nesse quadro de abasileiramento, exclui-se o sujeito imigrante e constrói-se um olhar sobre ele, determinando-o socialmente e buscando apagar sua identidade, sua memória e sua história.

Essa intervenção ocorreu somente no âmbito da língua escrita, no ambiente escolar, mas não conseguiram calar a língua falada, a cultura do povo alemão que carrega tão fortemente a identidade de seu povo e agregam muito valor à questão da língua materna, e até hoje prevalece traços da língua interdita.

Essa relação de poder e domínio, nos dias de hoje, se dá muito mais pelo bom uso da língua do que pela força, como exemplo disso, é saber se comunicar em diferentes contextos e situações, com diferentes pessoas, ou seja, o uso crítico da língua é fator essencial e de vital importância para um cidadão efetivo e atuante na sociedade. Superar o colonialismo, sendo este a dominação de uma população sobre a outra de identidade distinta (PALHARES, 2012, p. 5) é fundamental para assumirmos uma postura de decolonialidade. Para Mignolo (2008, p.313) a decolonialidade significa “desvelar a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder” e também “desconectar-se dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais”, ou seja, pensarmos a partir de outras línguas e outras formas de pensamento que sejam diferentes do pensamento europeu e ocidental.

3. IMIGRANTES E AS QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Na tentativa de entender o imigrante venezuelano que quer aprender outra língua, que está inserido em outra cultura, fora de seu país de origem, discutiremos sobre algumas questões de identidade migratória, iniciando com o conceito do que é ser imigrante.

O imigrante é um indivíduo em “suspensão” cuja identidade e identificação estão postas em dualidade com a identidade e identificação própria do grupo onde se encontra, embora não esteja, necessariamente, inserido (BARBOSA, 2010, p. 19).

É necessário ressaltar que a categoria imigrante é extensa e está submetida a diferentes interpretações. Quando nos referimos a alguém como ‘imigrante’ podemos estar comprometidos com discursos que categorizam a bifurcação do

“eu” e do “outro”, sendo este apresentado às vezes como “estrangeiro”. Para Almeida (2007), a diferença não está formada de maneira igual e tão pouco com as mesmas ferramentas pelas distintas falas das sociedades de acolhimento. E ainda, estes “estrangeiros” não aceitos podem ser identificados como pessoas diferentes pela cultura o que os tornam retrógrados e não merecedores de confiança, em outras palavras, o “normal” seria cada povo residir no seu Estado.

Por isso, é importante destacar conforme Sayad (1998, p. 243), “estrangeiro é uma definição jurídica de ‘um estatuto’ – refere-se àquele que está apenas de passagem; imigrante é antes de tudo uma condição social” – aquele que se instalou, mesmo que provisoriamente. Ou seja, todo imigrante é estrangeiro, mas nem todo estrangeiro é imigrante.

Barbosa (2010) afirma que na lógica culturalista, as culturas são universos imutáveis. Diante disso, as culturas seriam mutuamente incompatíveis quando resultassem em uma segregação absoluta, ou seja, a impossibilidade de intercâmbio. Ainda segundo seus estudos, e fazendo uso das ideias bourdiana, afirma que a condição de ser um imigrante tem implicações culturais e identitárias: “o imigrante pode estar neste lugar onde não é nem cidadão nem estrangeiro; ocupa a fronteira entre o ser e o não ser social” (BARBOSA, 2010, p. 23).

Autores como Canclini (2007) têm definido o imigrante como portador de um biculturalismo ou de uma identidade fragmentada. Bhabha (1998) também fortalece esse pensamento, considerando o imigrante um ser híbrido, transnacional e tradutório, e esclarece que este conceito estaria voltado à questão de sobrevivência quando as mudanças de lugar colocam em conflito as diferenças culturais. Deste modo, o hibridismo vem salientar que as culturas são construções e tradições, e quando em contato criam novas construções desterritorializadas (BHABHA, 1998).

Ora, “estrangeiro” e “imigrante” são duas expressões distintas de um mesmo fato: a presença de um forasteiro além das fronteiras de seu país que, para Bourdieu (*apud* SAYAD, 1998, p. 12) constitui um “extraordinário analista das regiões mais obscuras do inconsciente”.

Sabendo ainda que cada país e cada pessoa tem uma identidade construída e reconstruída através de sua cultura e de sua língua, é relevante acrescentar que para muitos pesquisadores identidade é o entendimento que o indivíduo tem sobre ele mesmo, sobre o seu “eu” envolvendo emoções e sentimentos. As questões referentes à identidade são bem representadas por Hall (2005) em seus estudos culturais da identidade na pós-modernidade, ao afirmar que o sujeito pós-moderno não possui “uma identidade fixa, essencial ou permanente” (HALL, 2005, p. 12), e ainda segundo esse autor, a identidade desse sujeito pós-moderno é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2005, p. 13).

Freitas (2000) afirma que os imigrantes são levados a reconstruir suas identidades de modo a permitir diminuir as diferenças entre imigrantes e nacionais:

Viver em um outro país significa uma outra vida, fazer novas representações e dar significados diferentes a coisas que já eram familiares; é renunciar ao estabelecido; atentar para

comportamentos comuns e corriqueiros que podem ser considerados inadequados, bizarros ou ofensivos; é procurar enxergar o mundo com olhos do outro para compreender como é ser visto por ele (FREITAS, 2000, p. 4).

O grande desafio do imigrante, estrangeiro é a superação das diferenças culturais encontradas no país de acolhimento. As experiências interculturais, de acordo com Mamman e Richards (1996), iniciam no encontro com o “outro” e desenvolvem para o encontro com o “eu”. Por conseguinte, estudos ligados ao ajustamento e à inserção de imigrantes em outras comunidades tendem a focalizar os aspectos culturais desses sujeitos e a construção/reconstrução de sua nova identidade – processo indispensável à socialização (CASTELLS, 2002).

A identidade social do indivíduo surge da interação imigrante/sociedade, sendo que esta identidade é diferente do papel social que este porventura exerça. Castells (2002) confirma esta diferença quando diz que a identidade social é marcada pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo, enquanto o papel social² é praticado nos variados episódios cotidianos e decorre de combinações e conciliações entre indivíduos para influenciar a maneira de se comportar das pessoas. Maraschi (2006) reconhece que nos níveis individual e social, a identidade do imigrante é relacional, pois sua identidade é definida pelo resultado de suas experiências vividas e das coisas em comum que as pessoas têm na sua vida cotidiana. Castles e Miller (1998) confirmam que o processo de construção/reconstrução da identidade de imigrantes, nos níveis individual, social, religioso, profissional e outros mencionados leva em consideração a não existência de uma comunidade natural, na qual passam a agregar pessoas que formam um determinado grupo nacional.

Esses grupos nacionais são chamados por Benedict (2005) de “comunidades imaginadas”, pois permitem criar laços imaginários através da ligação das pessoas, caso contrário, seriam apenas indivíduos isolados, sem o sentimento de pertencimento de algo em comum. Hall (1997 *apud* WOODWARD, 2000) quando trata de identidade de imigrantes nos níveis individual e social, afirma que é necessário verificar como se inserem no “circuito cultural”, e como sua identidade e respectivas diferenças relacionam-se com as representações de sua nova realidade. Essas representações, sendo elas um processo cultural, estabelecem identidades individuais e coletivas, fazendo com que os discursos e os novos significados construam um ambiente novo para o imigrante e definam sua identidade.

Para Woodward (2000), a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível a opção, entre várias identidades, por uma caracterização subjetiva de identificação. O autor argumenta que os indivíduos são pressionados não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece ou pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais.

Além disso, o autor alega que toda identidade é marcada pela diferença e que a diferença é sustentada pela exclusão: se você é uma coisa, você não é outra (WOODWARD, 2000, p. 11), isto é, as identidades se formam a partir da multiplicidade das diferenças. Logo, se sou venezuelano, deixo de lado outras identidades, como a de ser brasileiro. Sendo assim, “as posições que assumimos e

com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (WOODWARD, 2000, p. 55).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Nosso estado é uma região diversificada com pessoas de muitos lugares do Brasil e do mundo. Se destacada por ser um lugar com uma grande variedade linguística e de culturas diversas, atualmente, com milhares de imigrantes venezuelanos em nosso território, é de grande importância conhecer um pouco mais sobre a identidade desse imigrante que quer aprender nossa língua, que está inserido nessa nova realidade. Por isso língua, cultura e identidade, foram os três pilares desta pesquisa.

Woodward (2000) declara que a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades, e diz que a migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento. Este é um tema presente em nosso país, visto que recebem milhares de imigrantes³ todos os anos e se fortalece ainda mais em Roraima, em razão de ser um estado fronteira com a Venezuela.

Diante da realidade em que se encontra nossa região, com milhares de imigrantes venezuelanos que vieram em busca de melhores condições de vida, é inevitável gerar análises e reflexões com o propósito de contribuir não somente com os venezuelanos e professores que fazem parte do processo de ensino de língua portuguesa como língua estrangeira, mas também com as autoridades – que devem criar medidas eficazes para o acolhimento dessa massa imigratória – mas também em especial, com toda sociedade roraimense que está inserida nessa nova realidade de receber o outro em seu meio, de ter um novo olhar para quem precisa de ajuda, de reconhecer que somos iguais independentemente da língua que falamos ou utilizamos.

Quando o imigrante venezuelano busca aprender uma nova língua, em outro lugar que não é seu país, inconscientemente ou não, ele reafirma e concorda com a ideia de que a língua corresponde a um aspecto de vida real na sociedade, na qual ela se forma e se transforma a partir das relações sociais do indivíduo. Ela exprime, estabelece e se desenvolve em realizações histórico-sociais e culturais, portanto, “ensinar línguas é ensinar o social, o humano, o político, o histórico, o geográfico e o econômico de um povo, compreendendo sua cultura, sua identidade, sua diversidade, classes e religião” (BATISTA e ALARCÓN, 2012). Nesse contexto, como afirma Almeida Filho (2005), “todas as sociedades, ricas ou pobres, oralizadas ou letramentadas, todas elas reconhecem o valor educacional, cultural, psicológico, prático e profissional de aprender uma nova língua” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 1).

Sendo assim, quando falamos de aprender uma língua, não podemos separar sua relação com o termo cultura. De acordo com Cuche (2002), a noção de cultura remete aos modos de pensamento, de vida e a um conjunto de normas compartilhadas por um determinado grupo. É também a cultura que “permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, às suas necessidades” (CUCHE, 2002, p. 10).

Fazendo a relação entre língua, cultura e identidade, dando ênfase a esse último elemento, Silva (2000, p. 96) faz um resumo descrevendo que identidade é apresentada como não sendo uma essência, ou um fato e acrescenta ainda que não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente, tampouco é homogênea, definitiva, acabada. Mas sendo continuamente reformulada através das representações ou interpretações dos sistemas culturais que o cerca. Kleiman (1998), por sua vez, assevera que “podemos concluir, então, que a identidade seria resultado dos processos de identificação durante a interação, a partir dos objetos e interesses estratégicos dos falantes durante a comunicação em curso” (KLEIMAN, 1998, p. 276, 277).

Nessa realidade em que estamos inseridos, encontramos no multiculturalismo uma proposta de contato e convivência com diferentes pontos de vista, visões, interpretações e atitudes vindas de diversas culturas (PALHARES, 2012). Já do ponto de vista da interculturalidade, ela referindo-se ao contato com outras culturas e ao intercâmbio entre estas, temos o reconhecimento, o diálogo e a tolerância entre culturas.

Neste cenário de mudança social, nossos imigrantes venezuelanos ao aprenderem a língua portuguesa e não somente a língua em si, mas as questões culturais que a ela são inerentes, como foi mostrado anteriormente, precisamos estar conscientes do poder que o saber linguístico-culturais têm de nos constituir e de construir a realidade, contribuindo na formação, construção e (re) construção de sua identidade. Ou seja, é necessário diante dos fatos, uma postura decolonial acerca da retirada de antigos pensamentos sobre as estruturas de poder transmitidas e construídas em cenários coloniais, como exemplo disso, é pensar que o “outro” é visto como inimigo, por não ter os mesmos hábitos cotidianos, sobre crer que a língua do outro é inferior por não ser igual a sua, por achar que a cultura do outro é destituída de valor por ser diferente da qual você faz parte. Esse e outros pensamentos coloniais que promovem as desigualdades sociais e perpetuam as estruturas de dominação social devem ser abolidos, e daí então dar lugar ao respeito ao outro, a sua cultura, a sua língua, sua essência, sua identidade, como é o caso da comunidade venezuelana que se encontra em nosso estado em busca de sobrevivência, e como mostra esse artigo fazermos uma análise de como ocorre o processo de construção identitária desse sujeito em meio à busca de se aprender uma nova língua.

The language(gem) and its power: an analysis from the perspective of immigration identity issues

ABSTRACT

Venezuelan immigration in Brazil was motivated by the crisis scenario experienced in Venezuela, and the main destinations chosen by immigrants were the state of Roraima. With this there was a growth in the search to learn the Portuguese language as a second language. In view of the facts, we can affirm that the language(gem) is more than an instrument of communication and a means of social interaction. Faced with this situation arises the interest of getting to know better this immigrant who leaves his country makes total immersion in another language, another culture. This article aims to raise a reflection around the power of the language(gem) and the identity of the immigrant, first evidencing some historical and political facts. Soon, an analysis focused on immigration identity issues. The study focuses on the three pillars that constitute the subject: language, culture and identity and proposes to contribute to increase understanding about important aspects that characterize the individual as a subject in society. A study is carried out through bibliographic research, authors such as Bhabha (1998), Hall (2005), Canclini (2007), Costa (2008), Orlandi (2009), Palhares (2012), who confirm that we need to be aware of the power that linguistic-cultural knowledge has in forming our reality, and contributing to the constitution of our identity.

KEYWORDS: Language. Immigrants. Culture. Identity.

NOTAS

¹Fonte: Imigração venezuelana para o Brasil. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/imigracao-venezuelana-para-brasil.htm>>. Acesso em: 16/01/2020.

²Um exemplo do papel social poderia ser um indivíduo com as seguintes características: mulher, negra, brasileira, engenheira, evangélica, imigrante na Índia. Ela em uma reunião de pais no colégio, assume o papel de “mãe”, que neste exemplo deixa de lado sua identidade pessoal, religiosa, cultural e profissional.

³Fonte: PENA, Rodolfo F. Alves. "Imigrações atuais no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/imigracoes-atuais-no-brasil.htm>. Acesso em 06 de fevereiro de 2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. O. **O ensino de Português como língua não-materna: concepções e contextos de Ensino**. Acervo digital do museu da Língua Portuguesa. 2005. Disponível em: <http://www.museulinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/Ensino-como-lingua-nao-materna.pdf>. Acesso: 13/01/2020 às 10:22

ALMEIDA, Maria Geralda de. **A Construção de Territorialidades em Territórios Mundializados**. [S.l.:s.n.], 2007.

ÁLVAREZ, Maria Luisa Ortíz; SANTOS, Percília. Aspectos culturais relevantes no ensino de português para falantes de espanhol: as expressões idiomáticas e a carga cultural compartilhada. *In: Língua e cultura no contexto de português língua estrangeira*. Percília Santos – Maria Luisa Ortíz Álvarez (Org.) Campinas: Pontes Editores, 2010. p.191-225.

BACHARD, Pierre. “Um ideal monolíngue”. *In: G. VERMES e J. BOUTET*. (Orgs.). **Multilinguismo**. Tradução de Celene Meira et ali. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BARBOSA, Joelma Carmo de Melo. **Reassentamentos urbanos de imigrantes Palestinos no Brasil: um estudo de caso “campo” de Brasília**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Graduação em Ciências Sociais, Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

BATISTA, Marília Carvalho; ALARCÓN, Yeris Geraldo Lászar. Especificidades do Ensino de PLE. **Revista SIPLE – Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira**, 2316-6894, 4. ed. Brasília, Ano 3, Número 1, maio de 2012.

BENEDICT, Anderson. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões Sobre a Origem. Portugal: Edições 70, 2005.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor. **A Globalização Imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução: Klaus Brandini Gerdhardt. 3ª Ed. V. II. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. **The Age of Migration**. Londres: Macmillan, 1998.

CUCHE, Dennys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª Ed. Bauru: EDUSC, 2002.

Diretório, parágrafo 06. *In*: GARCIA, Elisa Frühauf. **O projeto pombalino de imposição da língua portuguesa aos índios e a sua aplicação na América meridional**. [S.l.:s.n.], 2007. p.23-38.

ECKERT-HOFF, Beatriz Maria. Sujeitos entre-línguas, entre-culturas em contextos de imigração no sul do Brasil: uma questão de bilinguismo? *In*: CAVALLARI, Juliana Santana; UYENO, Elzira Yoko. **Bilinguismos: Subjetivação e identificações nas/ pelas línguas maternas e estrangeiras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p.177-193.

_____. Dis(sabores da língua ma(terna): os conflitos de um entre-língua. *In*: CORACINI, M. J.; ECKERT-HOFF, B. M. (Orgs.). **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREITAS, Maria Ester de. Vida de executivo expatriado: a festa vestida de riso e de choro. *In: Encontro Anual da ANPAD*. Florianópolis: ANPAD, 2000. p.24.

JÚNIOR, Adail Sebastião Rodrigues. *In: SILVA, Kleber Aparecido da; ARAGÃO, Rodrigo Camargo (Orgs.) Conversas com formadores de professores de línguas: avanços e desafios*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p.19-42.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KLEIMAN, Angela B. A construção de identidades em sala de aula: um enfoque internacional. *In: SIGNORINI, I. (Org.) Língua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado das Letras; FAPESP, 1998. p. 267-302.

LUNA, José Marcelo. O Army Method e o desenvolvimento da Linguística Aplicada nos Estados Unidos. **RBLA**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.31-48, 2012.

MAMMAN, A.; RICHARDS, D. Perceptions and Possibilities of Intercultural Adjustment: some Neglected Characteristics of Expatriates. **International Business Review**. Great Britan: Elsevier Science, n.3, v.5, 1996.

MARASCHI, Kátia. **A Construção/Reconstrução de Identidades no Contexto Migratório: A Narrativa de Dirigentes Imigrantes na Cidade de Pomerode**. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, 2006.

MARIANI, Bethania. **Políticas de colonização linguística**. [S.L.: s.n.], 2004. p.73-82.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

MENDES, Edleise. O português língua de mediação cultural: por uma formação intercultural de professores e alunos de PLE. *In: _____. (Org.) Diálogos interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p.139-158.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n.34, 2008, p.287-324.

NEITZKE, Rony Christian. **O nazismo e a repressão do estado novo aos teutos-brasileiros em Curitiba, no contexto da segunda guerra mundial**. 2013. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/12/TCC/-RONY.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

NUNES, José Horta. Constituição do cidadão brasileiro: discursividade da moral em relatos de viajantes e missionários. *In*: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania**. 1ed. Campinas: Pontes, 1996. p.19-30.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PALHARES, Ana Cristina de Moraes Hazin. Língua, cultura, educação e colonialidade: reflexões sobre o ensino-aprendizagem de línguas em uma perspectiva pós-colonial. **Revista Interfaces de Saberes**, Caruaru – Pernambuco: v.12, n.1, 2012. Disponível em: <http://www.interfacesdesaberes.faficape.edu.br/index.php/import1/article/view/158/77>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica á afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

ROCHA, Simone. O poder da linguagem na Era Vargas: o abrasileiramento do Imigrante. **6º Círculo de Estudos Linguísticos do Sul Censul**. [S.L.:s.n.], 2004. p.1-5.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. Ed. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença: perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.73-102.

STURZA, Eliana Rosa; FIEPKE, Rejane Beatriz. A política Linguística da Era Vargas e seus efeitos na vida de descendentes de imigrantes alemães de Novo Machado – **RS. Revista Ribanceira**, Pará, n. 8, p.122-133, 2017.

WOORDWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva de estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.7-72.

ZANDWAIS, Ana. Saberes sobre a identidade nacional: o processo de construção de um imaginário de cidadania durante o Governo Vargas. *In*: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

Recebido: 21 mar. 2020

Aprovado: 09 jan. 2020

DOI: 10.3895/rl.v22n37.11814

Como citar: SANTOS, Rouse Karoline Coelho Duarte; RIBEIRO, Maria D'Ajuda Alomba. A língua(gem) e o seu poder: uma análise sob a perspectiva das questões identitárias imigratórias. *R. Letras*, Curitiba, v. 22, n. 37 p. 01-18, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

